

Universidade de Évora rejeita “falseamento” de análises à água no Porto de Sines

6 de Abril, 2018

A Universidade de Évora negou hoje qualquer “falseamento” nas análises efetuadas à água, após um derrame de fuelóleo no Porto de Sines, frisando que os procedimentos cumpriram “todas as regras”, informa a Lusa. “As análises foram feitas com a metodologia habitual e cumprindo com todas as regras e, portanto, não houve aqui falseamento de nada, de análise nenhuma”, disse aos jornalistas a vice-reitora da academia alentejana Ausenda Balbino.

Segundo a vice-reitora, em conferência de imprensa realizada hoje no Colégio do Espírito Santo, em Évora, o Laboratório de Ciências do Mar (CIEMAR) da Universidade de Évora (UÉ) recolheu “amostras à superfície” da água, no Porto de Sines após o derrame, como é habitual. “É essa a metodologia seguida em vários pontos. Portanto, não houve aqui falseamento de nada, houve um rigor imenso na recolha que foi feita e na análise que foi feita”, insistiu.

Na conferência de imprensa, a vice-reitora reagiu a uma notícia de hoje do Jornal de Notícias, que titula “Universidade suspeita de falsear análise ambiental”, num artigo referente à UÉ. Segundo o jornal, “o Ministério Público (MP) de Setúbal está a investigar” o CIEMAR “por causa de um estudo à qualidade da água, após um derrame de fuelóleo no Porto de Sines em outubro de 2016”.

O jornal refere que o CIEMAR é “financiado pela Administração do Porto de Sines” e que os resultados das análises “ilíbavam a empresa” responsável pelo derrame e “viriam a ser refutados por outro estudo, que apurou a existência inequívoca de poluição”. “A empresa responsável pelo derrame (MSC) foi acusada de crime ambiental e o laboratório está agora na mira da Justiça”, acrescentou o Jornal de Notícias.

As análises do CIEMAR à qualidade de água superficial, para verificar se tinha havido deterioração da qualidade, pode ler-se, apontaram para “níveis de poluição dentro da lei”. Mas, acrescenta o jornal, a análise posterior solicitada pelo Departamento de Investigação e Ação Penal (DIA) de Setúbal ao Instituto Hidrográfico de Lisboa obteve resultados que “não podiam ser mais diferentes” e comprova “a contaminação da água”, tendo detetado “2.453 miligramas de naftaleno por litro de água”, ou seja, “mais de duas mil vezes superior ao estabelecido pela Norma de Qualidade Ambiental”.

Segundo Ausenda Balbino, não se podem “comparar coisas que não são comparáveis”, porque o MP “tinha que pedir o mesmo tipo de análise no mesmo sítio”. “A universidade fez aquilo que devia fazer e que tinha que fazer, com rigor e independência”, insistiu, esclarecendo que o CIEMAR “não tem qualquer financiamento do Porto de Sines”, mas sim “uma prestação de serviços”, como tem com “outras entidades”.

A vice-reitora frisou ainda que nem a UÉ, nem o CIEMAR foram “notificados de nada” pelo MP, o qual “não está a investigar o laboratório”. O papel do laboratório e da UÉ, afiançou, é o de “testemunhas” no processo judicial, no âmbito do qual o MP anunciou, a 19 de maio de 2017, ter deduzido acusação contra o armador, o comandante, o chefe de máquinas e o imediato do navio “MSC Patrícia”, responsável pelo derrame de combustível no mar, junto ao Porto de Sines.

O CIEMAR, explicou ainda a vice-reitora, além das análises efetuadas na altura do derrame, propôs ao Porto de Sines a realização, “posteriormente, de outras análises para perceber, após um determinado tempo, em outros ambientes, se havia impacto do ponto de vista ambiental”. “O Porto de Sines disse que sim” a esta proposta e, “neste momento, está em curso esse processo”, disse, assinalando que a UÉ “é uma universidade pública” e com “um compromisso para com os cidadãos e com o país e pauta-se por valores muito determinados e específicos, onde impera o rigor e a independência”.